

JUSTIFICATIVA

O Brasil confere importância geoestratégica às relações com a Bolívia, país com o qual o compartilha sua maior fronteira (3.423 km) e a condição de país amazônico e platino.

Por estar situada geograficamente no centro da América do Sul, é um parceiro decisivo para qualquer projeto de infraestrutura de integração física na região.

Temos uma ampla cooperação na esfera energética, que se desenvolve desde 1958 e que se desdobra em insumos para a política energética do Brasil, e recursos para o desenvolvimento da Bolívia.

Nosso vizinho vivia uma conjuntura macroeconômica estável e amplo potencial de crescimento econômico, com uma população de aproximadamente 11,3 milhões de habitantes (2018), e um PIB que atingiu USD 40 bilhões em 2018.

Somos o principal parceiro econômico da Bolívia, o principal destino de suas exportações, em decorrência da venda de gás natural, além disto, 97% dos produtos que exportamos é composta de produtos manufaturados.

Nos últimos anos, sob a liderança do primeiro presidente indígena, Evo Morales, produziu taxas de crescimento acima de 5% na última década, e levando a pobreza a cair de 78% para menos de 15% atualmente.

Nossos objetivos devem ser o de transformar a extensa área de fronteira em um espaço de paz, cooperação e desenvolvimento econômico e social.

Devemos atuar, sob o respeito da autodeterminação e do respeito aos assuntos internos de outros países, com o intuito de contribuir para a estabilidade e o desenvolvimento, nunca para a desestabilizar e incitar a violência política de uma nação vizinha.

Sou acreana, e tenho orgulho de que meu Estado ser a melhor expressão da Política Externa do Barão do Rio Branco, que diante do conflito resultante da revolução acreana de 1902, consegui estabelecer um entendimento pacífico com a Bolívia em torno do Acre, materializado no Tratado de Petrópolis de 1903, no qual o Acre, a partir da noção de Modus vivendi, é definitivamente e de modo pacífico incorporado ao Brasil.

Está em nossa Constituição que nossas relações internacionais devem se pautar pela defesa da paz e acima de tudo, pelo respeito à autodeterminação dos povos. A posição de autoridades do governo brasileiro, expressas nas declarações do atual chanceler e do Ministro da Defesa, rompem com esta tradição.

Pelo breve exposto, solicito o apoio dos nobres pares a esta iniciativa.

Sala da Comissão, de de 2019.

PERPÉTUA ALMEIDA
Deputada Federal PCdoB – AC